

PLANO DE CURSO

Programa de formação/curso: INTRODUÇÃO AO DIREITO E ECONOMIA

Informações gerais:

Categoria/natureza do curso: Formação continuada: aperfeiçoamento para promoção na carreira.

Escola/instituições parceiras responsáveis pela realização do curso: AMAGIS - Associação dos Magistrados Mineiros e FGV Direito Rio

Coordenação Acadêmica: Armando Castelar Pinheiro, Antônio José Maristrello Porto e Patrícia Regina Pinheiro Sampaio

Modalidade: EaD

Carga horária: 40 horas-aula realizadas na plataforma disponibilizada pela FGV

Público-alvo: Magistrados (1º e 2ª grau)

Número de vagas: 30

Número de turmas: 1

Local de realização: Plataforma de ensino da FGV

Ementa:

Princípios de análise de direito e economia. Introdução à teoria da decisão e à teoria dos jogos. Introdução à macroeconomia. Empresas, consumidores e mercados: fundamentos microeconômicos. Relação dessas questões com o cotidiano do magistrado.

Justificativa:

No dia a dia, juízes tomam decisões com relevantes impactos econômicos. Decisões sobre conflitos de massa, por exemplo, podem ter efeitos sobre a macroeconomia. Além disso, o magistrado analisa casos envolvendo mercados que apresentam falhas, e, por isso, são objeto de regulação, bem como é chamado a avaliar casos sobre se há ou não uma situação de captura. Todavia, no agir cotidiano, o magistrado tem poucas oportunidades para refletir criticamente sobre questões de micro e macroeconomia presentes na sua atuação e sobre como esta pode afetar o interesse público mais geral. Este curso pretende preencher essa lacuna, conferindo-lhes conhecimento técnico sobre temas de economia, e permitindo uma reflexão crítica acerca da relação entre direito e economia, com foco no campo de atuação do Poder Judiciário.

Objetivo geral:

Transmitir conhecimentos introdutórios de economia em temas frequentemente presentes na agenda dos magistrados. A intenção é que o ferramental econômico possa ser um instrumento auxiliar no processo de tomada de decisão, a partir de uma compreensão mais ampla dos incentivos presentes na legislação e sua aplicação.

Objetivos específicos:

Ao final do curso, o magistrado estará apto a:

- I) Explorar e aplicar temas fundamentais de macroeconomia, como PIB, inflação e distribuição de renda;
 - II) Explorar e aplicar temas fundamentais de microeconomia, como tipos de mercados e suas falhas, assim como os princípios que norteiam a atuação do Estado regulador;
 - III) Avaliar como esses temas se entrelaçam com a sua atuação cotidiana.
-

Conteúdo programático:

O curso é composto por 04 (quatro) módulos, cujas aulas são assim distribuídas:

Disciplinas	Docentes
Módulo I - Princípios da Análise de Direito e Economia	Antônio José Maristrello Porto;
Módulo II - Teoria da Decisão e Teoria dos Jogos: princípios básicos	Fernando Leal
Módulo III - Questões e Políticas da Macroeconomia	Antônio Porto Gonçalves
Módulo IV - Empresas, consumidores e mercados: fundamentos microeconômicos	Luciana Yeung

Carga horária:

O Curso será composto por:

- 40h/a sendo todas as atividades desenvolvidas pelo modelo de “Ensino à Distância” através da plataforma da FGV

Programação:

MÓDULO I - PRINCÍPIOS DA ANÁLISE DE DIREITO E ECONOMIA

OBJETIVO GERAL: Intensificar o debate sobre a Análise Econômica do Direito (AED) com os magistrados, enquanto uma área individual do conhecimento, focando principalmente nos conceitos utilizados pela literatura da área para analisar problemas reais.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS: Aprofundar os conceitos utilizados pela literatura de Direito e Economia para analisar problemas reais. Serão apresentados os conceitos, a taxinomia e a caixa de ferramentas em que esse tipo de análise se baseia. Será discutido como o Direito e a Economia abordam o mesmo problema a partir de enfoques diferentes, mas complementares.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO: Onde a Economia encontra o Direito; Fundamentos Econômicos do Estado Regulador e Análise Econômica do Direito; Critérios de bem-estar: eficiência de Pareto e eficiência de Kaldor-Hicks; Teorema de Coase e custos de transação; Conceitos de microeconomia: falhas de mercado, falhas de governo, externalidades, bens públicos, assimetrias de informação; Custos de transação e remédios jurídicos

CARGA HORÁRIA:

- Aspectos básicos da relação entre Direito e Economia, bem como à compreensão do

ferramental e das possibilidades de aplicação prática da Análise Econômica do Direito (AED)

- Critérios de bem-estar: destinado a compreender a noção de eficiência em Pareto e em Kaldor-Hicks
- Teorema de Coase e custos de transação
- Direito de Propriedade
- Fundamentos Econômicos do Estado Regulador
- Custos de transação e remédios jurídicos

Docentes:

PROFESSOR | Antônio José Maristrello Porto

CURRÍCULO Doutor em Direito (Doctor of the Science of Law - J.S.D.) pela University of Illinois. Mestre (Master of Laws - LL.M.) pela University of Illinois. Graduado em Direito pela Fundação de Ensino Octávio Bastos. Professor da Graduação e do Mestrado em Direito da Regulação da FGV Direito Rio. Coordenador do Centro de Pesquisa em Direito e Economia (CPDE) e do Centro de Pesquisa em Direito Ambiental (CDMA) da FGV Direito Rio. Representante do CPDE no Conselho de Análises Econômicas e Sociais do Estado do Rio de Janeiro. Vice-Diretor da FGV Direito Rio.

BIBLIOGRAFIA: Os Professores desenvolverão texto específico relativo ao objeto da disciplina, o qual será circulado previamente à aula, para fins de balizamento do conhecimento. Além desse texto específico, sugerem-se as seguintes fontes como bibliografia complementar:

ARROW, K. J. Uncertainty and welfare economics of medical care. *American Economic Review*, n. 53, p. 941-973, Dec. 1963.

CALABRESI, Guido. *The future of Law and Economics: Essays in Reform and Recollection*. New Haven: Yale University Press, 2016, p. 14-15.

_____. Transaction Costs, Resource Allocation and Liability Rules. *Journal of Law and Economics*, 1968, p. 67-73.

_____; MELAMED, A. Douglas. Property Rules, Liability Rules, and Inalienability: one view of the Cathedral. *Harvard Law Review*, volume 85, número 6, 1972, p. 1089-1128.

GICO JR, Ivo. Introdução à análise econômica do direito. In RIBEIRO, Marcia Carla Pereira; KLEIN, Vinicius (Org.). *O que é análise econômica do direito: uma introdução*. 2, Ed. Belo Horizonte: Fórum, 2016.

MANKIWI, Gregory. *Introdução à economia*. São Paulo: Thompson Learning, 2007, p. 290

MITCHELL, William C.; SIMMONS, Randy T. *Para além da política: mercados, bem-estar social e o fracasso da burocracia*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2003.

POLINSKY, A. Michell. Economic Analysis as a Potentially Defective Product. *Harvard Law Review*, p. 1655-1681.

PORTO, Antônio José Maristrello; FRANCO, Paulo Fernando. Uma análise também econômica do direito de propriedade. *Economic Analysis of Law Review*, v. 7, p. 207-232, 2016.

_____; SAMPAIO, Patrícia (Org.). *Direito e Economia em dois mundos. Doutrina jurídica e pesquisa empírica*. 1. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2014. v. 1. 320p

POSNER, Richard A. *Theories of economic regulation*. NBER Working paper, n. 41, 1974.

RAWLS, John. O Liberalismo Político. 2ª edição. Trad. Dinah de Abreu Azevedo e Rev. de Álvaro de Vita. São Paulo: Ática, 2000.

SADDI, Jairo. É possível a análise econômica da Constituição? *in* Direito da Regulação e políticas públicas. SUNDFELD, Carlos Ari; ROSILHO, André (Org.). São Paulo: Malheiros, 2014.

SCHÄFER, Hans-Bernd; OTT, Claus. The economic analysis of Civil Law. Edward Elgar Publishing, 2004.

SEIDENFELD, Mark. Microeconomics Predictates to Law and Economics. Ohio: Anderson Publishing Co, 1996, p. 35.

ULEN, Thomas; COOTER, Robert. Direito & Economia. Porto Alegre: Bookman, 5ª Ed., 2010, p. 102

VARIAN, H. R. Microeconomia: princípios básicos. Rio de Janeiro: Campus, 1994.

WILLIAMSON, Oliver. The Politics and Economics of Redistribution and Efficiency. In: The mechanisms of governance. Oxford: Oxford University Press, 1996.

MÓDULO II - TEORIA DA DECISÃO E TEORIA DOS JOGOS: PRINCÍPIOS BÁSICOS

OBJETIVO GERAL: Desenvolver reflexões sobre os limites e possibilidades de se pensar o direito (mais especificamente os processos de produção e aplicação de normas jurídicas) a partir de suas consequências e oferecer ferramentas metódicas úteis para orientar procedimentos de justificação orientados nos efeitos de normas e decisões jurídicas.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS: Capacitar o magistrado em temas relacionados a jogos cooperativos e não cooperativos; Problematizar o alcance e os limites do raciocínio consequencialista na tomada de decisão jurídica.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO: Decisão jurídica e raciocínios consequencialistas; Diferentes posturas consequencialistas e tomada de decisão judicial; Estrutura e dimensões do raciocínio consequencialista; Tomada de decisão sob condições de certeza, risco e ignorância; Aplicações no direito ambiental e no direito administrativo; Da decisão individual à decisão interativa: Teoria dos jogos; O problema institucional: as consequências do consequencialismo judicial; Teoria da decisão e as lições da economia comportamental.

CARGA HORÁRIA:

- Raciocínio consequencialista x Estado de Direito: tensão aparente? Consequencialismo forte, fraco e residual. Destinada à exposição dialogada.
- A estrutura do raciocínio consequencialista e os seus problemas. Dimensão positiva x dimensão normativa. Confiabilidade das prognoses, tensão entre critérios de valoração. Destinada à exposição dialogada.
- Metodologias de decisão para modelar e conduzir processos de tomada de decisão orientados em consequências. Problemas. Contextos de decisão: certeza, risco e incerteza. Destinada à exposição dialogada.
- Teoria dos Jogos. Caracterização. Dilema dos prisioneiros. Dominância. Destinada à exposição dialogada.
- Teoria dos Jogos. Equilíbrio de Nash. Tipos de jogos. Destinada à exposição dialogada.

- Tomada de decisão sob condições de incerteza radical. Critérios. Aplicações no direito. Precaução como princípio ou meta-regra de decisão destinada a lidar com decisões sob condições de ignorância? Destinada à exposição dialogada.
- Estratégias de decisão maximizadoras, otimizadoras e satisficentes. Racionalidade limitada e impactos sobre o raciocínio jurídico. Destinada a estudos de casos e debates.
- A influência de fatores intuitivos no julgamento. Heurísticas e vieses. Ancoragem e danos morais. Destinada a estudos de casos e debates.
- As consequências do consequencialismo judicial. Justificação consequencialista pelo formalismo. Condições de preferência. Destinada a estudos de casos e debates.

PROFESSOR | Fernando Ângelo Ribeiro Leal

CURRÍCULO | Doutor em Direito pela Christian-Albrechts-Universität zu Kiel, com bolsa do Serviço Alemão de Intercâmbio Acadêmico (DAAD). Doutor e mestre em Direito Público pela UERJ. Coordenador da Pós-Graduação *Stricto Sensu* e membro do corpo docente permanente do Mestrado em Direito da Regulação da FGV Direito Rio. Professor da Graduação da FGV Direito Rio. Desenvolve pesquisas nas áreas de Teoria e Filosofia do Direito e Direito Constitucional, especialmente nos temas: metodologia do direito, teoria dos princípios, teoria da Constituição e interpretação constitucional, princípios da administração pública, desenhos institucionais, relações entre direito e ciência e aspectos constitucionais e teóricos da regulação.

BIBLIOGRAFIA | O Professor desenvolverá texto específico relativo ao objeto da disciplina, o qual será circulado previamente à aula, para fins de balizamento do conhecimento. Além desse texto específico, sugerem-se as seguintes fontes como bibliografia complementar:

RESNIK, Michael D. *Choices. An Introduction to Decision Theory*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2006.

JEFFREY, Richard. *The Logic of Decision*. 2nd ed. Chicago, IL: University of Chicago Press, 1990.

BAIRD, Douglas G., GERTNER, Robert H., PICKER, Randal C. *Game Theory and the Law*. Cambridge: Harvard University Press, 2002.

WATSON, Joel. *Strategy: an Introduction to Game Theory*. New York: Norton, 2002.

LEYTON-BROWN, Kevin; SHOHAM, Yoav. *Essentials of Game Theory: A Concise, Multidisciplinary Introduction*. San Rafael, CA: Morgan and Claypool Publishers, 2008.

JACKSON, Howell E. *et al.*, *Analytical Methods for Lawyers*. New York: Foundation Press, 2008.

FARNSWORTH, Ward. *The legal analyst. A toolkit for thinking about the law*. Chicago: The University of Chicago Press, 2007.

SUNSTEIN, Cass; JOLLS, Christine. Debiasing through Law. *The Journal of Legal Studies* 35, p. 199-241, jan. 2006.

FALCÃO, Joaquim; SHUARTZ, Luis Fernando; ARGUELHES, Diego Werneck. Jurisdição, Incerteza e Estado de Direito. In: RDA 243 (2006)

SUNSTEIN, Cass. Deve o formalismo ser defendido empiricamente? In: José R. Rodriguez (Org.). *A Justificação do formalismo jurídico*. São Paulo: Saraiva, 2011, pp. 201-236.

VERMEULE, Adrian. Three Strategies of Interpretation. In: *San Diego Law Review* 42 (2005), p. 607-628.

RESNIK, David. Is the precautionary principle unscientific? *Stud. Hist. Phil. Biol. & Biomed. Sci.* 34 (2003) 329-344.

VERMEULE, Adrian. Rationally Arbitrary Decisions (in Administrative Law). Disponível em: <http://www.law.harvard.edu/faculty/faculty-workshops/faculty-workshop-secure/vermeule.faculty.workshop.spring2013.pdf>. Acesso em 06/03/2014.

LEAL, Fernando. Inclinações pragmáticas no direito administrativo: nova agenda, novos problemas. O caso do PL 349/15. In: Fernando Leal e José Vicente Santos de Mendonça (Org.). *Transformações do Direito Administrativo: consequencialismo e estratégias regulatórias*. Rio de Janeiro: FGV, 2017.

LEAL, Fernando e MOLHANO, Leandro. O direito é sempre relevante? Heurística de ancoragem e fixação de valores indenizatórios em pedidos de dano moral em Juizados Especiais do Rio de Janeiro. *Direitos Fundamentais & Justiça*, 2017.

KAHNEMAN, Daniel e TVERSKY, Amos. Julgamento sob incerteza: heurísticas e vieses. In: Daniel Kahneman, *Rápido e Devagar: Duas formas de pensar*. São Paulo: Objetiva, 2012, p. 524-539.

TETLOCK, Philip E. e GARDNER, Dan. *Superprevisões. A arte e a ciência de antecipar o futuro*. Trad. Cássio de Arantes Leite. Rio de Janeiro: Objetiva, 2016.

MacCORMICK, Neil, On Legal Decisions and Their Consequences: From Dewey to Dworkin, in: *New York University Law Review* 58 (1983), pp. 239-258.

SCHUARTZ, Luis Fernando. Consequencialismo jurídico, racionalidade decisória e malandragem, in: *Revista de Direito Administrativo* 248 (2008), pp. 130-158.

SCHUARTZ, L. F. Quando o Bom é o Melhor Amigo do Ótimo. A Autonomia do Direito perante a Economia e a Política da Concorrência. *Revista de Direito Administrativo*, v. 1, p. 96-127, 2007.

MÓDULO III - QUESTÕES E POLÍTICAS DA MACROECONOMIA

OBJETIVO GERAL: entender a conjuntura macroeconômica e as políticas governamentais (adotadas pelo Banco Central, pelo Ministério da Fazenda etc.). Aspectos como a evolução do PIB, do desemprego, da inflação, a expansão e a contração da economia, as políticas monetárias e de juros, cambial, o orçamento público e a dívida do governo, a situação econômica internacional, a distribuição de renda e outros conceitos, relacionados.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS: Capacitar os magistrados nas questões macroeconômicas, inclusive temas polêmicos como a política de juros, a independência do Banco Central, a evolução do orçamento governamental e sua dívida, metas de inflação, justiça social e assim por diante; Discutir como as decisões de casos concretos podem produzir impactos sobre esses temas; Analisar

criticamente como as demandas de massa, envolvendo temas como INSS, FGTS e planos econômicos, podem ter efeitos sobre a macroeconomia.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO: PIB, renda, despesa, e o fluxo circular macroeconômico; Moeda, política monetária e de juros, moeda internacional (dólar), novas moedas (“bitcoins”) e os bancos; Inflação e desemprego; tipos de desemprego (conjuntural e estrutural; a inteligência artificial e o desemprego); Conceitos básicos de Balanço de Pagamentos; Justiça social: pobreza e distribuição de renda; políticas públicas dirigidas ao problema; O Papel crucial da Produtividade.

CARGA HORÁRIA:

- O fluxo circular da economia; PIB, PIB potencial, recessão, inflação e desemprego;
- O papel dos bancos e dos bancos centrais; política monetária e de juros; orçamento público; estabilização da economia (da inflação)
- A economia brasileira; a grande crise mundial de 2008; exposição e debate com o grupo acerca da influência dessas questões no dia a dia dos juízes.
- Globalização; evolução tecnológica e desemprego estrutural
- Debate com o grupo sobre os conceitos e as situações apresentadas, de modo a aperfeiçoar o entendimento.
- O balanço de pagamentos e seus desequilíbrios; moeda internacional; o papel do dólar; FMI; evolução tecnológica da moeda (“bitcoins”).
- Política cambial e a sua influência na economia doméstica; poupança externa e crescimento econômico.
- Apresentação de exemplos e casos concretos para a avaliação e debate com o grupo.
- A justiça social; pobreza e distribuição de renda; medição do problema e políticas adequadas para sua solução; o caso brasileiro e a experiência internacional; o papel da produtividade na promoção do crescimento econômico e na redução da pobreza.
- Debate sobre o tema justiça social com o grupo.

Docentes:

PROFESSOR | Antonio Carlos Pôrto Gonçalves

CURRÍCULO | Mestre e Doutor em Economia pela Universidade de Chicago. Aperfeiçoamento no Programa de Desenvolvimento de Executivos de Alto Nível - University of Western Ontario, School of Business Administration. Engenheiro Industrial pelo Instituto Militar de Engenharia (IME). Professor Titular de Economia na Universidade Federal Fluminense (UFF). Professor Titular de Economia na Fundação Getúlio Vargas (FGV). Professor Fundador da Escola Direito da Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro (FGV Direito Rio). Atualmente é Diretor de Estudos de Novos Negócios da FGV e membro do Comitê de Pesquisas Aplicadas da FGV; anteriormente foi Diretor do Instituto Brasileiro de Economia da FGV e Diretor da Área de Cursos Incompany da FGV.

BIBLIOGRAFIA: O Professor desenvolverá texto específico relativo ao objeto da disciplina, o qual será circulado previamente à aula, para fins de balizamento do conhecimento. Além desse texto específico, sugerem-se as seguintes fontes como bibliografia complementar:

Banco Mundial. Disponível em: <data.worldbank.org>. Acessado em: 3 de Maio de 2018

Contas Regionais 2015: queda no PIB atinge todas as unidades da federação pela primeira vez na série». IBGE. 16 de novembro de 2017. Acessado em 9 de Maio de 2018

Deaton, A. The Great Escape: health, wealth, and the origins of inequality. Princeton:

Princeton University Press. 2013.

Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (Infopen). Acessado em 9 de maio de 2018

Malthus, Thomas Robert. An Essay on the Principle of Population. London: John Murray. 1826. Disponível em <<http://www.econlib.org/library/Malthus/malPlong1.html>>. Acessado em 3 de maio de 2018.

Mankiw, N. Gregory. Introdução à Economia. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2013

Mankiw, N. Gregory. Macroeconomia. Editora GEN. Rio de Janeiro, 2015.

Mccloskey, Deirdre N. _How to Be Human--Thoughts of an Economist_. Ann Arbor: University of Michigan Press, 2000

Milanovic, Branko. Worlds Apart: Measuring International and Global Inequality. PRINCETON; OXFORD: Princeton University Press, 2005. Disponível em <<http://www.jstor.org/stable/j.ctt7t4v9>>. Acessado em 3 de maio de 2018

Piketty, Thomas. O Capital no Século XXI. 1. ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014

Rawls, John. A Theory of Justice. Cambridge. Ed. Belknap Press, 2005.

Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça. IPEA. Acessado em 9 de Maio de 2018

Shiller, Robert J. Macro markets: creating institutions for managing society's largest economic risks. Oxford: Clarendon. 1993

Veloso, F. e outros organizadores: Desenvolvimento Econômico, uma perspectiva brasileira. Elsevier Editora, Rio de Janeiro. 2013.

MÓDULO IV - EMPRESAS, CONSUMIDORES E MERCADOS: FUNDAMENTOS MICROECONÔMICOS

OBJETIVO GERAL: Introduzir elementos básicos da teoria econômica, a partir da ótica do comportamento dos agentes econômicos, visando contribuir para as análises que o magistrado deve realizar em seu cotidiano.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS: Apresentar os pressupostos básicos sobre cada um dos cinco temas elencados abaixo, em conteúdo programático; Refletir sobre as principais conclusões derivadas desses arcabouços teóricos e suas aplicações ao mundo. Dotar o magistrado de instrumentos que o ajudem a entender a análise econômica dos problemas que serão tratados em outras disciplinas.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO: Teoria do Consumidor; Teoria da Empresa; Excedente Total e Bem-Estar; Estruturas e Equilíbrios de Mercado; Princípios da Precificação de Ativos.

CARGA HORÁRIA:

- Pressuposto da Racionalidade Econômica e da Teoria do Consumidor 1 (utilidade, curvas de indiferença).
- Teoria do Consumidor 2 (restrições orçamentárias; decisão ótima).
- Teoria Neoclássica da Empresa (funções de custos; decisão ótima)
- Estudos de casos aplicados ao Direito e debates (Teoria do Consumidor e Teoria da Empresa)
- Excedente do Consumidor e da Empresa, Teoria do Bem-Estar Social, Externalidades Positivas e Negativas.

- Mercado Competitivo, Monopólio, Oligopólio, Concorrência Monopolística.
- Eficiência de Mercado, Caixa de Edgeworth, Curva de Contratos, Teorema Fundamental do Bem-Estar.
- Exemplos de precificação de ativos.

Docentes:

PROFESSORA | Luciana Yeung (YEUNG LUK TAI)

CURRÍCULO | Professora Tempo Integral Adjunta e Coordenadora do Curso de Graduação em Economia do Insper Instituto de Ensino e Pesquisa. Doutora em Economia pela Escola de Economia de São Paulo, da Fundação Getúlio Vargas (EESP-FGV). Possui graduação em Economia pela Universidade de São Paulo (1996), mestrado em Economia Aplicada - University of Wisconsin - Madison (2002) e em Relações Trabalhistas - University of Wisconsin - Madison (2001). Foi Pesquisadora Visitante na Escola de Direito (Boalt Hall) da Universidade da Califórnia, Berkeley (EUA). Membro-fundadora e ex-Presidente (2016) da ABDE, Associação Brasileira de Direito e Economia. Coordenadora do NIAN, Núcleo em Instituições e Ambiente de Negócios do Insper. Suas áreas de pesquisa e especialização são: Análise Econômica do Direito (Law and Economics), Nova Economia Institucional, Microeconomia Aplicada, e Relações Trabalhistas.

BIBLIOGRAFIA: A Professora desenvolverá texto específico relativo ao objeto da disciplina, o qual será circulado previamente à aula, para fins de balizamento do conhecimento. Além desse texto específico, sugerem-se as seguintes fontes como bibliografia complementar:

COOTER, Robert; ULEN, Thomas. *Direito e Economia*. 5ª ed. Bookman, 2010.

MANKIW, Gegory. *Princípios de micro e macro*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

PINHEIRO, Armando Castelar; SADDI, Jairo. *Direito, economia e mercados*. Rio de Janeiro: Campus, 2005.

PORTO, Antônio José Maristrello; SAMPAIO, Patrícia Regina Pinheiro (org.). *Direito e economia em dois mundos: doutrina jurídica e pesquisa empírica*. Rio de Janeiro: FGV, 2013.

POSNER, Richard. *Economic Analysis of Law*. Nova Iorque: Aspen Publishers, 1998.

SHAVELL, Steven. *Foundations of economic analysis of law*. Belknap Press, 2004.

YEUNG, Luciana. “Análise Econômica do Direito Antitruste”. In RODAS, João Grandino (coord). *Direito Concorrencial: Avanços e Perspectivas - Edição Comemorativa aos 5 Anos de Vigência da Lei 12.529/2011*. “Coleção Biblioteca de Direito e Economia - Vol. 5”, 2017.

Avaliação de Reação:

Buscando o constante aperfeiçoamento das atividades educacionais promovidas por esta Escola, ao final do curso os participantes responderão a um questionário em que informarão seu grau de satisfação com os temas do curso, a desenvoltura dos docentes, a metodologia empregada e a adequação do ambiente educacional como um todo.